



Ata de reunião ordinária do Conselho de Administração, com a participação do Conselho Fiscal, para tratar da prestação de contas do exercício de 2025. A reunião foi realizada no dia 28 de Maio de 2026, na sede do Previ Mangaratiba, localizado à rua Dr. Rubião Jr., nº 28A, centro, Mangaratiba/RJ. Presentes pelo Instituto o presidente, o Sr. Anderson da Silva Moreira, o diretor financeiro, o Sr. Deilton Lopes de Oliveira, a Diretora Jurídica, a Dra. Maria Carolina Alcantara Decot Barros, e a contadora, a Sra. Daniele Abrahão de Freitas. Presentes pelo Conselho de Administração os membros titulares a Sra. Lourdes Bernadette da Silva Castilho, a Sra. Alessandra Cristina Braga de Oliveira, a Sra. Juciara Maria Nogueira de Souza, o Sr. Marcus Vinícius Caram de Souza, e a Sra. Cintya da Silva Araújo Candez. Ausente o Sr. Vitor Vinícius Lopes de Vasconcello, sendo substituído por seu suplente, o Sr. Edimar da Silva Tavares. Presentes pelo Conselho Fiscal os membros titulares a presidente do Conselho, a Sra. Margareth Nogueira da Silva Castilho, o Sr. Flávio da Silva Donato, o Sr. Fernando Rosa da Silva, e a Sra. Cinthya Camillo Barbosa. Havendo quórum, o presidente iniciou a reunião às 16 horas e 16 minutos, com a leitura da ata anterior do conselho de administração, pelo secretário adhoc. O presidente perguntou se os presentes possuíam objeções sobre a ata, e a colocou em votação. Os presentes informaram não terem objeções e aprovaram a ata por unanimidade. O secretário ad-hoc faz a leitura da ata anterior do conselho fiscal. O presidente perguntou se os presentes possuíam objeções sobre a ata, e a colocou em votação. Os presentes informaram não terem objeções e aprovaram a ata por unanimidade. O presidente passou a palavra à contadora do instituto, que iniciou sua explanação sobre a prestação de contas do exercício de 2025. Sobre o balanço orçamentário informou que a receita prevista atualizada foi de R\$ 50.456.527,39 e a receita arrecadada foi de R\$ 50.322.390,27, demonstrando um déficit de arrecadação de R\$ 134.137,12. Sobre a execução orçamentária da despesa, demonstrou que a dotação atualizada foi de R\$ 52.072.606,02, e a despesa empenhada foi de R\$ 51.476.214,76, gerando uma economia orçamentária de R\$ 596.391,26. Informou que o montante da despesa liquidada foi de R\$ 51.433.934,52 e o da despesa paga foi de R\$ 51.433.934,52, que os restos a pagar não processados foram de R\$ 42.280,24, e que não houveram restos a pagar processados no período. Esclareceu que os restos a pagar cancelados foram de R\$ 7.758,04, referente às contribuições lançadas em duplicidade e a tarifa bancária do exercício 2024, foram estornadas pelo banco. Informou que o Previ recebeu transferências líquidas, da prefeitura para cobertura das folhas de inativos e pensionistas que não contribuíram para o RPPS, no valor de R\$ 720.717,78 e que após as transferências recebidas, o resultado foi um déficit orçamentário de R\$ 433.106,71. Sobre o balanço financeiro demonstrou que o saldo anterior era de R\$ 391.812,70, que os resgates de investimentos, para pagamento da folha foram de R\$ 39.022.489,73, que os recebimentos extraordinários foram de R\$ 537.212.045,38, e que os pagamentos extraordinários foram de R\$ 536.833.196,22, apresentando o saldo final do exercício de R\$ 292.286,39. A contadora esclareceu que não houveram transferências de aporte financeiro para o Previ, que apresentou um resultado financeiro deficitário de R\$ 99.526,31. Sobre o Fluxo de caixa informou que o caixa e o equivalente de caixa inicial era de R\$ 391.812,70 e o final foi de R\$ 292.286,39, apresentando uma geração líquida negativa de R\$ 99.526,31. Que as aplicações financeiras de curto prazo somaram R\$ 49.955,17, e o de longo prazo, referente ao fundo FIDIC, foi de R\$ 369,66. Sobre o balanço patrimonial informou que o ativo circulante foi de R\$ 1.933.367,03 e que o ativo não circulante foi de R\$ 54.271.422,29, que o passivo circulante foi de R\$ 1.674.764,81, e o passivo não circulante foi de R\$ 1.471.902.112,79, gerando um patrimônio líquido negativo de R\$ 1.417.372.038,28. Esclareceu que o saldo patrimonial ficou negativo em R\$ 1.417.414.368,52, gerando um resultado financeiro negativo, entre ativo e passivo, de R\$ 1.422.033,93. Informou que as provisões matemáticas, conforme estudo atuarial de 2025 com base em 31/12/2024, foi de R\$ 1.471.902.112,79, e após a atualização dos valores



das previsões, referentes ao estudo atuarial de 2026 com base em 31/12/2025, focarm de R\$ 1.512.379.657,16. Sobre a variação patrimonial quantitativa, informou que as variações aumentativas foram de R\$ 48.248.364,87, e que as variações diminutivas foram de R\$ 51.518.978,53, gerando um resultado patrimonial apurado negativo em R\$ 3.270.613,66. Sobre o patrimônio líquido informou que o resultado acumulado do exercício anterior era negativo em R\$ 891.527.468,20, e que com os ajustes do exercício anterior ficou negativo em R\$ 522.522.972,54, gerando um total de patrimônio líquido negativo de R\$ 1.417.372.088,28. Esclareceu que as contribuições arrecadadas, dos repasses no exercício, foram de R\$ 33.858.572,48, mas que os repasses do mês de dezembro e do décimo terceiro salário de 2025, foram feitos no exercício seguinte. Informou que a taxa de administração de 2%, prevista em Lei, sobre as remunerações do exercício anterior, foi de R\$ 7.102.862,05, que as despesas administrativas no exercício 2025 somaram o montante de R\$ 1.515.067,07, representando que o instituto utilizou apenas 21% do limite total. Esclareceu que o instituto recebeu o valor de R\$ 643.470,52 referente às compensações financeiras do RGPS. Completou informando que o déficit financeiro do exercício foi de - R\$ 48.203.887,13, e que o Previ não recebeu transferência para a cobertura do déficit financeiro e do déficit atuarial. Demonstrou com base no estudo atuarial 2025, baseado em 31/12/2024, que o Déficit Atuarial chegou a R\$ 1.484.315.217,41. A Sra Margareth Castilho esclareceu sobre a função dos conselhos, em cobrar a prefeitura, sobre o déficit atuarial e sobre as finanças do instituto. Informou que aprova a prestação de conta com ressalvas. Solicitou que o prefeito seja oficiado pelo Previ, para que o mesmo envie as medidas que estão sendo tomadas, para sanar o déficit atuarial e para resolver a falta de recursos no caixa do Previ. Esclareceu que já se passaram mais de um ano do início seu do mandato, e até esta data, nada de concreto foi executado para resolver estes problemas. Solicitou a marcação de uma reunião extraordinária dos conselhos com o prefeito, via ofício, para que seja confeccionada uma ata com as medidas propostas para o enfrentamento dos problemas. O presidente perguntou se os presentes possuíam dúvidas sobre a prestação de contas, e a colocou em votação. Os presentes informaram não terem dúvidas e aprovaram a prestação de contas do exercício de 2025, por unanimidade. Nada mais a tratar, o presidente encerrou a reunião às 17 horas e 20 minutos. Eu, Leonardo Vieira Mota, secretário Ad-hoc, lavrei a presente ata, onde sendo aprovada será assinada pelos presentes. # Confere com a página 62, do livro 2 de atas transcritas.

PREVI MANGARATIBA	
Anderson da Silva Moreira Presidente do Previ Mangaratiba	Maria Carolina Alcântara Decot Barros Diretor Jurídico Previdenciário
Deilton Lopes de Oliveira Diretor Financeiro Previdenciário	Daniele Abrahão de Freitas Contadora

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Lurdes Bernadette da Silva Carvalho Representante dos Aposentados e Pensionistas	Juciara Maria Nogueira de Souza Representante dos Aposentados e Pensionistas
Marcus Vinícius Caram de Souza Representante dos Servidores Ativos	Alessandra Cristina Braga de Oliveira Representante dos Servidores Ativos
Cintya da Silva Araújo Candez Representante do Executivo	Edimar Tavares da Silva Representante do Legislativo



CONSELHO FISCAL	
Margareth Nogueira da Silva Castilho Representantes dos Aposentados e Pensionistas	Cinthya Camillo Barbosa Representantes dos Servidores Ativos
Fernando Rosa da Silva Representantes do Executivo	Flávio da Silva Donato Representantes do Legislativo